

O Estado da Arte na Pós-Graduação brasileira em Terapia Ocupacional e Serviço Social sobre juventudes, violências e vulnerabilidades (2006-2019)

The State of Art in the Brazilian postgraduate program in Occupational Therapy and Social Work on Youth, violence and vulnerability (2006-2019)

El Estado del Arte de la graduación brasileña em Terapia Ocupacional y Serviço Social sobre juventude, violência y vulnerabilidades (2006-2019)

Suellen Pataro Alves Santos de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-6658-2467>

Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, Centro de Reabilitação, Rio das Ostras, RJ, Brasil

Monica Villaça Gonçalves

<https://orcid.org/0000-0002-8090-98844>

Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Vitória, ES, Brasil

Beatriz Akemi Takeiti

<https://orcid.org/0000-0003-2847-07877>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Introdução: Considerando como problemática as vulnerabilidades e violências presentes na vida de vários jovens, as publicações acadêmicas podem servir como recursos para subsidiar e estimular discussões que fomentem ações para mudança da realidade vivida por essas juventudes. **Objetivo:** Este levantamento analisa publicações produzidas na pós-graduação brasileira sobre juventudes, vulnerabilidades e violências nas áreas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do serviço social e área de concentração da terapia ocupacional. **Método:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo estado da arte, de teses de doutorado e dissertação de mestrado produzidas no período de 2006 a 2019. **Resultado:** O levantamento bibliográfico focalizou trabalhos indexados no portal de dissertações e teses da CAPES. Foram incluídos 27 trabalhos, sendo 25 do serviço social e 02 da terapia ocupacional. Para a análise dos dados, os trabalhos foram agrupados em três categorias: políticas públicas para juventudes; medida socioeducativa e juventudes; e trajetória juvenil. **Conclusão:** Nota-se neste estudo uma certa insuficiência de trabalhos de terapia ocupacional sobre esta temática na sua área de avaliação, uma vez que a implementação de programas de pós-graduação é ainda recente em relação a área historicamente consolidada do Serviço Social. Outro apontamento que merece destaque é o fato de existir uma lacuna de pesquisas relacionadas à problemática das vulnerabilidades e violências na perspectiva da diversidade de gênero, saúde mental, políticas públicas de segurança, políticas na área da educação.

Palavras-Chave: Terapia Ocupacional. Serviço Social. Juventudes. Vulnerabilidade. Violência.

Abstract

Introduction: Considering as problematic the vulnerabilities and violence present in the lives of several young people, academic publications can be used as means to subsidize and encourage discussions that promote actions to change the reality lived by these youths. **Objective:** This survey aims to analyze publications produced by Brazilian postgraduate studies on youth, vulnerability and violence in the areas of social service evaluation and concentration area of occupational therapy. **Method:** This is a literature review, state of the art type of doctoral dissertations and master's thesis from 2006 to 2019. **Results:** This bibliographic survey focused on indexed papers from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Twenty-seven studies were included, 25 of them from social services and 02 of occupational therapy. For data analysis, the papers were grouped into three categories: public policies for youths; socio-educational measure and youth; and youth trajectory. **Conclusion:** It was possible to notice the insufficiency of occupational therapy academic work on this theme in its area of evaluation, since the implementation of postgraduate programs is still recent in relation to the historically consolidated area of Social Work. Another point worth mentioning is the fact that there is a lack in research related to the issue of vulnerabilities and violence from the perspective of gender diversity, mental health, public security policies, policies in the area of education.

Keywords: Occupational Therapy. Social Service. Youth. Vulnerability and Violence.

Resumen

Introducción: Considerando como problemáticas las vulnerabilidades y violencias presentes en la vida de varios jóvenes, los artículos científicos pueden apoyar como estrategias para subsidiar y estimular las discusiones que estimulen acciones para cambiar la realidad vivida por estas juventudes. **Objetivo:** analiza las publicaciones producidas en las pesquisas de posgrado brasileños sobre juventud, vulnerabilidades y violencia en las áreas de evaluación de la Coordinación para Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior (CAPES) del servicio social y el área de concentración de la terapia ocupacional. **Método:** Se trata de una revisión bibliográfica de última generación de tesis de doctorados y tesis de maestría elaboradas entre 2006 y 2019. **Resultados:** La encuesta bibliográfica se centro en trabajos indexados en el portal CAPES de tesis de doctorado y tesis de maestría. Se incluyeron 27 estudios, 25 de trabajo social y 2 de terapia ocupacional. Para el análisis de datos, los trabajos se agruparon en tres categorías: políticas públicas para la juventud; medidas socioeducativas y juventud y trayectoria juvenil. **Conclusiones:** Se pudo notar en este estudio cierta insuficiencia de trabajos de terapia ocupacional sobre este tema en su área de evaluación, ya que la implementación de programas de posgrado aún es reciente en relación al área históricamente consolidada del Trabajo Social. Otro punto que vale la pena mencionar es el hecho de que existe una lacuna en que no se dedica a investigar la problemática de las vulnerabilidades y violencias en la perspectiva de la diversidad de género, la salud mental, las políticas públicas de seguridad, las políticas en el área de educación.

Palabras clave: Terapia Ocupacional. Trabajo Social. Juventud. Vulnerabilidad. Violencia.

Como Citar:

Oliveira, S.P.A.S., Gonçalves, M.V. & Takeiti, B.A. (2023). O Estado da Arte na Pós-Graduação brasileira em Terapia Ocupacional e Serviço Social sobre juventudes, violências e vulnerabilidades (2006-2019). Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 7(2), XXXX-XXXX. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto52986

INTRODUÇÃO

Os levantamentos bibliográficos do tipo “estado da arte”, como um balanço daquilo que foi produzido em um determinado tempo e lugar (Spósito, 2009), têm possibilitado conhecer, de forma aprofundada, a produção de conhecimento sobre um determinado tema, além de evidenciar lacunas e potências para a elaboração de estratégias no enfrentamento de questões sociais. Os estados da arte compreendem o mapeamento e a discussão sobre certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, respondendo a aspectos e dimensões de diferentes períodos da história (Ferreira, 2002).

Como se pode observar em revisões do tipo estado da arte já realizados anteriormente por Spósito (2009), Alvarado e Vommaro (2010), Takeiti e Vicentin (2015), Takeiti, Gonçalves, Oliveira & Elisiario, (2020), Malfitano, Silva e Barbosa (2017), pesquisas sobre a(s) juventude(s) na interface com as violências e as vulnerabilidades já contam com uma produção considerável no Brasil e na América Latina e têm sido objeto de sistematização e análise. Os estudos reforçam uma maneira pretensiosa de conceber as juventudes e os jovens como um problema, “como objeto de falha, disfunção ou anomia do processo de integração; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social” (Abramo, 1997, p. 29).

Ainda nesta direção, Takeiti e Vicenti (2015) apontam que essa metodologia problematiza os modos pelos quais as instituições de pesquisa têm se posicionado diante da produção de conhecimento sobre o jovem na atualidade, bem como auxilia na formulação de saberes que concorrem para a construção das subjetividades juvenis.

No campo da terapia ocupacional, este tipo de revisão tem sido comumente utilizado para compreender como determinadas produções científicas direcionam as práticas profissionais. Neste sentido, e levando-se em consideração a dimensão social da intervenção do terapeuta ocupacional no âmbito da assistência social, os estudos realizados em ambas as áreas de avaliação poderão fornecer subsídios teórico-práticos para a produção de conhecimento na área da Terapia Ocupacional na interface com o Serviço Social a respeito das juventudes, as vulnerabilidades e violências. Ainda, as publicações acadêmicas podem servir como dispositivo para as áreas apontando e estimulando discussões para fomentar políticas públicas voltadas para a realidade de jovens.

Este trabalho tem como objetivo analisar os estudos publicados no período de 2006 a 2019 sobre as juventudes, violências e vulnerabilidade na área de avaliação do Serviço Social (área 32) e Educação Física (área 21), nesta última com foco nas pesquisas realizadas na área de concentração em Terapia Ocupacional.

O levantamento aqui apresentado levou em consideração a área de avaliação do Serviço Social por ser esta uma das áreas com interfaces tanto teóricas quanto assistenciais para a Terapia Ocupacional,

especialmente no que se refere às práticas com a população jovem. As primeiras atuações da terapia ocupacional fora das tradicionais instituições de saúde se deram, entre outros, nas instituições de acolhimento a crianças, adolescentes e jovens em conflito com a lei, na década de 1970 (Barros, Lopes, Galheigo, 2007). Foi a partir dessas experiências que se iniciou a consolidação de uma novo referencial teórico para a profissão, que mais tarde se consolidou com o reconhecimento de uma atuação fora da saúde, no campo social, como por exemplo com as Resoluções 366 de 2009 - atualizada pela 371 do mesmo ano, 406 de 2011, e 383 de 2010 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Além disso, o Serviço Social como profissão e área de conhecimento tem historicamente se constituído no campo da assistência social, desenvolvendo práticas e produzindo saberes que apoiam referenciais e pesquisas em outras áreas, como tem sido na Terapia Ocupacional. Esta interlocução, portanto, advinda das Ciências Humanas e Sociais, ajudam a compreender e configurar novos referenciais teóricos, principalmente quando se trata da população juvenil.

Ainda, no plano das políticas públicas de assistência social brasileira, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (Resolução nº. 17 de 20 de junho de 2011), prevê a possibilidade de inserção do terapeuta ocupacional nas equipes de referência e ainda na gestão dos serviços socioassistenciais que compõe o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Segundo Almeida, Soares, Barros & Galvani (2012), esta resolução oficializa uma prática que vinha ocorrendo desde a década de 1970 promovendo uma reflexão de toda a categoria profissional para a definição de quais são os trabalhadores do SUAS. A inserção da terapia ocupacional, portanto, não está atrelada a justificativas vindas do setor da saúde, contudo, se deve à fundamentação teórico-prática. Fomentada pelos debates, terapeutas ocupacionais analisaram temas que favoreciam o aperfeiçoamento na qualidade dos serviços oferecidos à população, os comprometimentos ético-políticos com a área, além de produzir um saber próprio para o campo frente ao SUAS (Almeida et al., 2012). Desta forma, entende-se que se debruçar sobre os estudos acadêmicos do serviço social e a terapia ocupacional podem subsidiar práticas e a construção de saberes mais colaborativos nos serviços ligados às políticas desse campo, fortalecendo o arcabouço conceitual da categoria para consolidá-la como uma profissão que integra os serviços em suas diferentes esferas e contribui com o fortalecimento dessas políticas.

MÉTODO

Trata-se de uma do tipo estado da arte sobre juventudes, vulnerabilidades e violências no período de 2006 a 2019, realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para a busca, foram levantados cinco descritores que combinados, originaram cinco chaves de busca:(1) juventude OR jovem AND vulnerabilidade; (2) juventude OR jovem AND vulnerabilidade AND violência; (3) juventude OR jovem AND risco; (4) juventude OR jovem AND risco AND violência; e (5) juventude OR jovem AND violência.

Os critérios de inclusão foram: (1) área de concentração definida no estudo; (2) estudos em língua portuguesa; e (3) período de realização dos estudos- 2006 a 2019; (4) não ser revisão de literatura.

Neste estudo, foi aplicado como filtro de busca duas áreas de avaliação da CAPES: as áreas 21 e 32 que são, respectivamente, as áreas de Educação Física (composta pelas áreas de concentração Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Educação Física) e Serviço Social. Na área 21, apenas os trabalhos da Terapia Ocupacional foram incluídos. Assim, no total foram encontrados cinquenta e um (51) trabalhos, sendo que destes foram analisados vinte e sete (27), sendo vinte e cinco (25) do Serviço Social e dois (2) da Terapia Ocupacional. Foram excluídos desta análise vinte e quatro (24) trabalhos por não se enquadrarem nos critérios. Os motivos de exclusão foram: dezenove (19) por não serem da área de concentração pretendida, três (3) por não se tratar de pesquisas destinadas a adolescentes e jovens, um (1) por ser revisão de literatura e um (1) por não estar disponível na íntegra, tornando impossível fazer uma análise apenas pelo título.

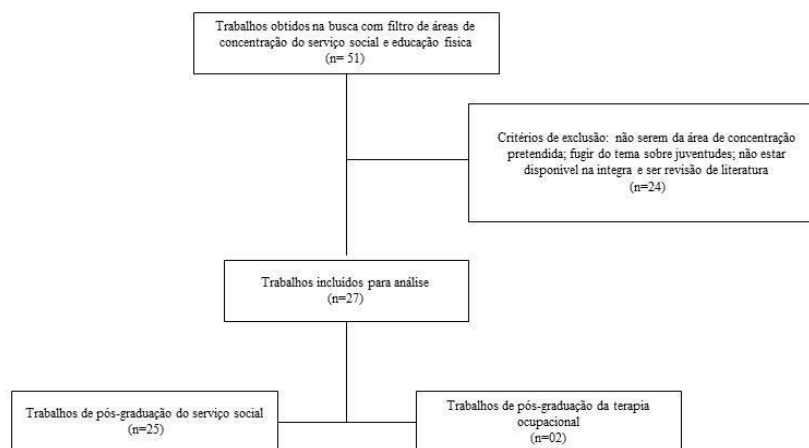


Figura 1.: Fluxograma da distribuição de trabalhos em cada etapa.

Fonte: Elaboração das autoras, 2019

Os trabalhos encontrados foram organizados em uma planilha do Microsoft Excel, com as seguintes informações: título, ano, autor, chave da busca, nível do conhecimento (mestrado ou doutorado), grande área do conhecimento (Ciência da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas), área de avaliação da CAPES, área de concentração, nome do programa, instituição, natureza da instituição

(privada ou pública), abordagem da pesquisa (qualitativa, quantitativa ou mista), resumo, conclusões, palavras chaves e temática.

Para a análise dos dados, os estudos foram classificados em temáticas a partir das leituras de seus títulos e resumos. Em seguida, foram analisadas essas temáticas para que pudessem ser agrupados e reunidos conforme suas semelhanças de conteúdo abordado nas pesquisas, obtendo-se três categorias de análise: 1) Programas Sociais e Políticas Públicas para juventudes; 2) Medida Socioeducativa e juventudes; e 3) Subjetividades e trajetória juvenis.

Resultados/Análises

Estudos sobre a juventude, na interface com as vulnerabilidades e violências têm sido recorrentes nos Programas de pós-graduação brasileiros (Spósito, 2009; Alvarado e Vommaro, 2010; Takeiti, Vicentini 2015), conclamando pesquisadores a um olhar atento e interdisciplinar em relação a esta temática. As áreas de conhecimento como da Saúde e das Ciências Humanas e Sociais tem dado especial atenção aos estudos que discutem as adolescências e juventudes a partir de questões como gravidez, os homicídios e a prática de ato infracional, o uso de drogas e as inserções e participações no mundo do trabalho (Takeiti, Gonçalves, Oliveira & Elisiario, 2020). No que se refere à área de conhecimento em terapia ocupacional, Galheigo (2003) aponta que, desde a década de 1970 há relatos das abordagens e experiências que tem permitido uma especial atenção destes profissionais e colaborado para a construção teórica no campo social. Nos últimos anos, tem-se encontrado artigos em diferentes contextos, como por exemplo, nas medidas socioeducativa (Kobi, Machado & Monzeli, 2020), nas escolas públicas (Pan, Lopes, 2020; Borba, Pereira, Lopes, 2021); nas organizações não governamentais (Borba, Lopes, 2016); e nos espaços públicos urbano, focando nas ações territoriais (Gonçalves e Malfitano, 2020; Silva, Oliveira e Malfitano, 2019).

No entanto, neste estudo, ao se realizar um levantamento específico nas dissertações de mestrado e teses de doutorado, percebeu-se um número consideravelmente grande de publicações em Serviço Social (25) comparados aos estudos encontrados em Terapia Ocupacional (2). A justificativa para este panorama diverso pode estar atrelada a recente e tardia entrada da terapia ocupacional nos cursos de pós-graduação brasileiros. Ressalta-se que o primeiro curso de Pós-graduação específico em terapia ocupacional no Brasil, inserido na área de Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (também conhecida como área 21) da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), foi aprovado em 2009, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ofertando apenas mestrado e, somente em 2015, inicia-se o curso de doutorado (Malfitano et al, 2013). Nove anos após a implementação do primeiro Programa, em 2018, foram aprovados mais dois cursos: o Mestrado Profissional em Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social na Universidade de São Paulo e o Mestrado em Estudos da Ocupação, pela UFMG, e ambos, portanto, no momento da pesquisa, ainda não tinham pesquisas finalizadas.

Como podemos observar sobre a produção de pesquisas nas duas áreas de conhecimento, o ano de 2018 foi o que apresentou maior número de trabalhos, com quatro. Os anos com menos trabalhos foram 2006, 2009, 2015, 2016 e 2017, com apenas um por ano, conforme informações observadas na figura abaixo:

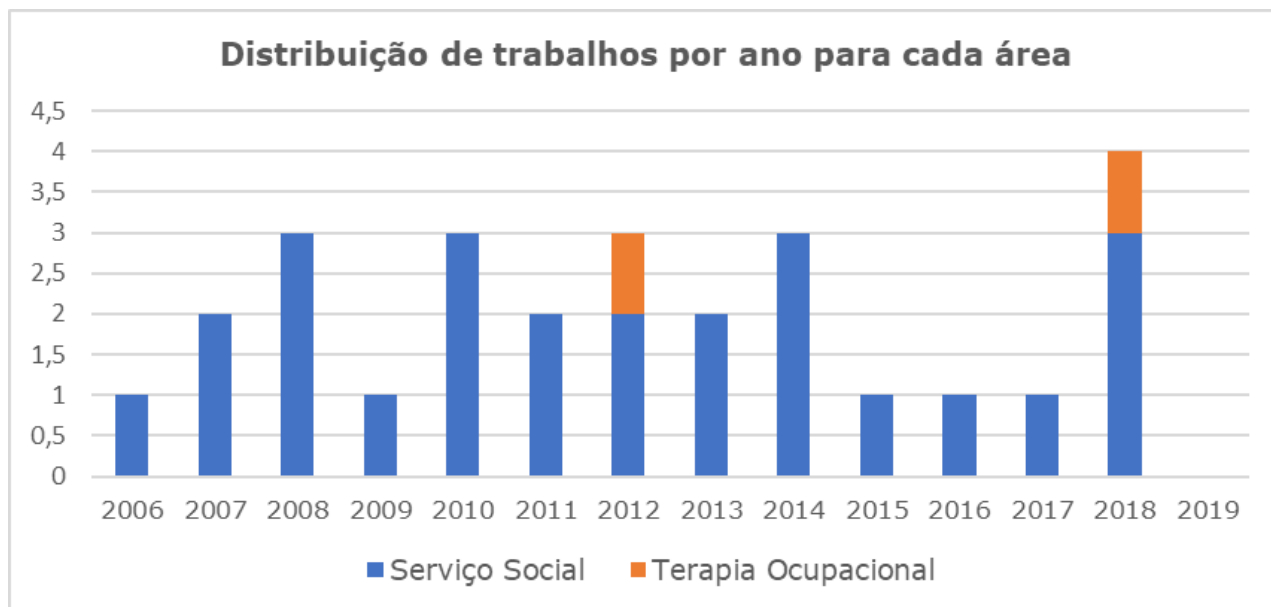


Figura 2: Distribuição do número de trabalhos por ano.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Em relação ao nível do conhecimento, temos 24 dissertações de mestrados e apenas três teses de doutorado, sendo que na área de Terapia Ocupacional as duas eram dissertações.

Em relação às regiões onde estes programas se concentram, temos treze (13) predominantemente na região sudeste, seis (6) no nordeste, quatro (4) na região sul e três (3) no centro-oeste. Não foi identificado nenhum programa na região norte. Isto espelha outras pesquisas que referem-se a carência de programas de pós-graduação stricto-sensu nesta região. Quanto à natureza das instituições, há um predomínio de programas em universidades públicas (15) em detrimento da privada (12). As informações podem ser observadas na figura 3:

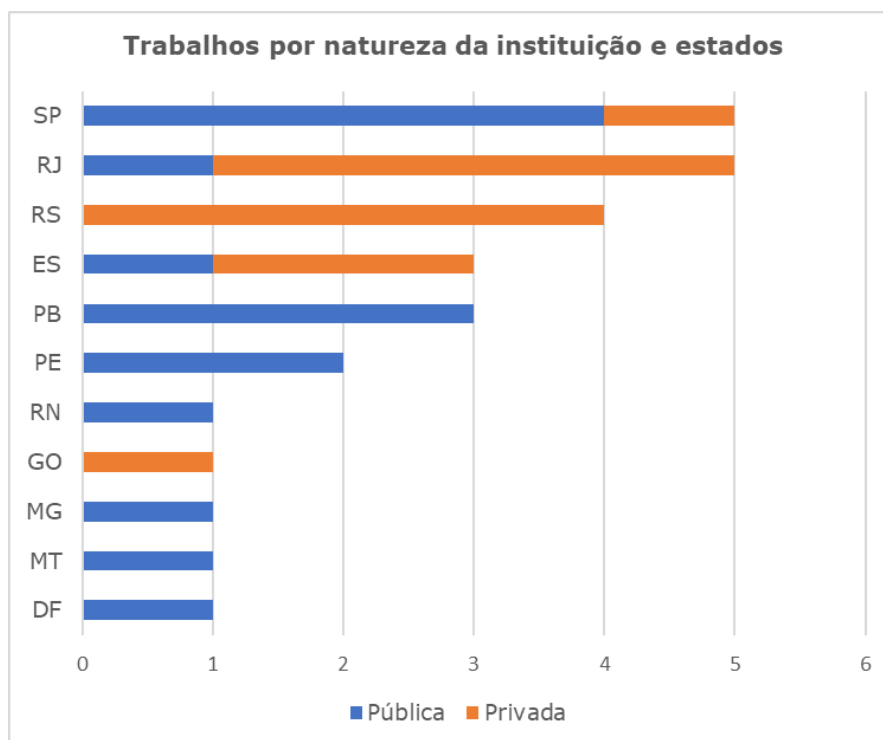


Figura 3: Trabalhos por natureza da instituição e estados.
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Em relação a frequência das palavras-chave para a busca dos trabalhos, temos: juventude (16), jovem (1), vulnerabilidade social (4) e violência (5). Além delas, as outras palavras-chaves que se destacam são: política (6), políticas (5) e direitos (3). Em relação às palavras-chaves identificadas na busca por estes estudos, quando se trata do descritor juventude, os descritores social, educação, políticas e violência surgem, o que nos leva a acreditar que o interesse nos estudos pela juventude estão fortemente atrelados às situações de risco ou vulnerabilidade e aos processos formativos de aprendizagem. A palavra social aparece, na maioria das vezes, associada a vulnerabilidade e a política/políticas, tornando perceptível que a vulnerabilidade social ainda é uma questão muito presente na vida dos jovens. Quando se trata das políticas sociais, os trabalhos destinam-se a analisá-las. A incidência dos termos que mais aparece nos estudos é ilustrada na figura abaixo:



Figura 4: Nuvem de palavras com os descritores dos trabalhos analisados.

Fonte: Elaborada pelo Suplemento Pro Word Cloud, 2019.

Para a análise qualitativa, as dissertações de mestrado e teses de doutorado foram agrupadas por temática. Após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves, obtivemos três categorias: programas sociais e políticas públicas para juventudes, com 13 trabalhos; medida socioeducativa e juventudes, com 8 trabalhos; e subjetividade e trajetória juvenis, com 6 trabalhos. No quadro abaixo, apresentamos os trabalhos que foram incluídos em cada uma das categorias de análise:

Quadro 1: Informações dos trabalhos incluídos em cada categoria de análise

1. Programas sociais e políticas públicas para juventudes					
Título do trabalho	Tipo de trabalho	Área de avaliação	Instituição em que foi realizado	Natureza da instituição	Nome do Programa de Pós-graduação
Pereira (2007). Juventude, Participação e Direitos Um olhar para as percepções de jovens do Rio de Janeiro sobre sua participação no PROJOVEM	Dissertação	32	PUC RJ	Privada	Serviço Social
Silva (2008). Programa Agente Jovem em Arez/RN: juventude e violação de direitos	Dissertação	32	UFRN	Pública	Serviço Social
Gomes (2010). Política Social Pública e Juventude: Análise dos processos de continuidade e descontinuidade	Dissertação	32	PUC RJ	Privada	Serviço Social
Assunção (2010). A (des) proteção social da juventude: uma análise à luz da avaliação do PROJOVEM urbano	Dissertação	32	UFPB	Pública	Serviço Social

usuários/as no município de João Pessoa-PB					
Lira (2011). Entre a intenção e o gesto: a experiência do PROJOVEM em João Pessoa	Dissertação	32	UFPB	Pública	Serviço Social
Lima (2013). A Política de Atenção à Saúde de adolescentes e jovens no município de cuiabá-MT: entre mudanças e permanências	Dissertação	32	UFMT	Pública	Política Social
Cazumbá (2014). Um estudo sobre juventude, racismo e violência de jovem de 15 a 29 anos em Duque de Caxias	Dissertação	32	UFF	Pública	Política Social
Limongi (2015). Vivência da juventude em meio à violência urbana. A experiência de ser jovem em uma favela no Rio de Janeiro	Dissertação	32	PUC RJ	Privada	Serviço Social
Machado (2017). Programa Jovem Aprendiz e mercado de trabalho: uma análise a partir dos alunos egressos dos cursos promovidos pelo SEST/SENAT no município de Pelotas (2015)	Dissertação	32	UCPel	Privada	Política Social e Direitos Humanos
Campinhos (2018). Acidentes motociclísticos e suas repercussões biopsicossociais no contexto das Políticas Públicas	Dissertação	32	EMESCAM	Privada	Políticas Públicas e desenvolvimento local
Rocha (2007). Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre	Tese	32	PUC RS	Privada	Serviço Social
Albuquerque (2014). A racionalidade de um discurso: jovem como agente estratégico de desenvolvimento	Tese	32	UFPE	Pública	Serviço Social
Sfair (2012). Educação sexual para adolescentes e jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis Federal e Estadual em São Paulo	Dissertação	21	UFSCAR	Pública	Terapia Ocupacional
2. Medida Socioeducativa e Juventudes					

Autor, ano e título	Tipo de trabalho	Área de avaliação	Instituição em que foi realizado	Natureza da instituição	Nome do Programa de Pós-graduação
Oliveira (2008). O significado da violência para jovens de classe média autores de ato infracional	Dissertação	32	UFES	Pública	Política social
Brandemarti (2009). A trajetória de vida de adolescentes que cometeram ato infracional: um estudo sobre jovens egressos da FEBEM de Ribeirão Preto – SP	Dissertação	32	UNESP	Pública	Serviço Social
Teixeira (2010) (In)visibilidade do jovem de classe média autor de crimes no município de Vitória/ES	Dissertação	32	UFES	Pública	Política social
Borges (2012). As implicações socioeconômicas, históricas e jurídicas na vulnerabilização das famílias dos adolescentes autores de ato infracional - Goiânia - 2009 e 2010	Dissertação	32	PUC GOIÁS	Privada	Serviço Social
Davis (2013). A construção social de significados da juventude em conflitos com a lei na mídia online	Dissertação	32	PUC RS	Privada	Serviço Social
Prado (2014). O jovem egresso do Sistema Socioeducativo e seu acesso a Políticas Sociais: como prossegue a história?	Dissertação	32	UNESP	Pública	Serviço Social
Martins (2018). O Programa de Atendimento ao Egresso da medida socioeducativa de internação no contexto da ofensiva neoliberal: descortinando a realidade do Distrito Federal	Dissertação	32	UnB	Pública	Política social
Ataide (2008). Das múltiplas perdas sociais e familiares ao cometimento do ato infracional: a privação da liberdade e o árduo cotidiano na Fundação CASA	Tese	32	PUC SP	Privada	Serviço Social

3. Subjetividade e trajetórias juvenis					
Título do trabalho	Tipo de trabalho	Área de avaliação	Instituição em que foi realizado	Natureza da instituição	Nome do Programa de Pós-graduação
Cunha (2006). Lazer e sociabilidade juvenil de usuários de drogas em contexto de risco	Dissertação	32	UFPB	Pública	Serviço Social
Maia (2011). Um olhar para as percepções de jovens de Picos - PI sobre sua participação no PROJOVEM adolescente	Dissertação	32	UFPE	Pública	Serviço Social
Mallmann (2012). JUVENTUDE 470: Identidades sociais em construção e a relação com a (in)visibilidade televisiva	Dissertação	32	PUC RS	Privada	Serviço Social
Tuma (2016). Acolhimento Institucional e Maioridade: Trajetórias institucionais de jovens e o momento da saída	Dissertação	32	PUC RJ	Privada	Serviço Social
Elias (2018). O negro ser matável: pelo não direito à igualdade	Dissertação	32	UFJF	Pública	Serviço Social
Rosa (2018). Juventudes e trajetórias de jovens populares urbanos: autonomia, oportunidades sociais e acesso a direitos	Dissertação	21	USP	Pública	Ciências da Reabilitação

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Discussão

Quando se trata de discutir a juventude, há um importante tensionamento teórico em torno do que estamos compreendendo sobre ela. Para alguns autores do campo da saúde e psicologia, por exemplo (Horta & Sena, 2010; Le Breton, 2003), a adolescência estaria, de certa forma, incluída no conceito de juventude, não sendo possível separá-la de sua compreensão. Para outros pesquisadores (Abramo, 1997; Dayrell, 2007; Silva & Lopes, 2010), há a necessidade de aprofundarmos o conceito e distingui-lo frente a adolescência, pois são marcadores teóricos que, a priori, foram sendo utilizados como sinônimos, mas que possuem distinções sociológicas e antropológicas distintas. Aqui, adotaremos a diferença entre adolescência e juventude, pois os dois campos de conhecimento – serviço social e terapia ocupacional – as utilizam a partir de parâmetros jurídicos, psicológicos, históricos e sociais para a sua delimitação.

Compartilhamos com autores (Eisenstein, 2005; Francisco & Groppo, 2017) que definem a adolescência como uma fase de transição da infância para a vida adulta, com marcadores biológicos, psicológicos e sociais próprios que a caracterizam e marcam esta etapa. Em relação aos limites cronológicos, há aparente diferença entre o apontado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para a OMS, adolescente é considerado entre os 10 e 19 anos (adolescents), já para a ONU, adolescência se caracteriza entre a faixa de 15 e 24 anos (young adults) e para o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se adolescente a pessoa entre os 12 e 18 anos de idade (Eisenstein, 2005). Francisco e Groppo (2017) apontam, a partir da OMS, o Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que a questão etária deve ser olhada a partir de um processo biopsicossocial, não sendo possível conceber tanto a adolescência quanto a juventude apenas a partir da idade. Segundo Eisenstein (2005), os critérios etários servem apenas como delimitadores estatísticos e políticos e apoiam a formulação de políticas públicas para este segmento social.

Apesar dessa definição legal por faixa etária, existem outras formas de se pensar adolescência em diversas áreas de conhecimento e com diferentes referenciais teóricos. A psicologia estudou e tratou do termo adolescente inicialmente, em meados do século XIX. Stanley Hall (1925) foi o primeiro psicólogo a tratar a adolescência como tema científico e como resultado de sua pesquisa, o adolescente é visto como uma figura problema onde requer atenção e paciência dos familiares (Francisco & Groppo, 2017).

Se a adolescência tem sido conceituada como uma fase de transição para a vida adulta, com suas turbulências e impasses que acarretam mudanças não apenas corporais, mas sobretudo, psicológicas e sociais, a juventude tem sido tratada mais a partir das condições sociais que atravessam suas vidas e constituem identidades a partir do lugar ocupado no mundo do que propriamente considerada como uma fase etária. Ainda que a juventude seja considerada a partir de uma questão etária, pelos organismos internacionais (OMS) e institutos estatísticos de amostras populacionais (IBGE), este conceito sociológico tem variado a medida que se compreende o jovem na sua complexidade e pluralidade (Francisco & Groppo, 2017). Para o Estatuto da Juventude (Lei 12.852, 2013), por exemplo, enquanto o marco jurídico que garante os direitos dos jovens, a faixa etária considerada entre jovens brasileiros passou a considerar pessoas entre 15 a 29 anos.

Para Francisco e Groppo (2017), a compreensão sobre juventude, no contexto brasileiro, varia entre duas tendências sociais: os jovens como uma fase fixa no processo de desenvolvimento humano e a outra que está marcada pela diversidade cultural, cujos indivíduos se assemelham com diferentes e diversificados grupos ou classes sociais. De acordo com Abramo (2007), essa segunda perspectiva é vista em torno da crescente produção de dados, reflexões e manifestações sobre o campo de debate da política da juventude para conceituar o tema e assim poder definir ações políticas.

Abramo (2007) e Francisco e Groppo (2017) abordam o debate conceitual do termo juventude, e afirmam que é preciso observar essa categoria de forma mais complexa, considerando as diferenças e desigualdades. Sendo assim, o termo mais adequado seria juventudes, no plural, evitando risco de naturalizar uma condição sócio-histórica e não reproduzir desigualdade, visto que nenhuma juventude é igual a outra.

Neste artigo, consideramos tanto adolescência e juventude como termos complementares para a definição de faixa etária, posto que ambos os conceitos guardam uma complexa construção sócio-histórica e cultural. A seguir, trazemos para a análise os trabalhos incluídos no levantamento, classificando-os a partir de três categorias temáticas.

Programas Sociais e Políticas Públicas para juventudes

Até o ano de 2005, constatou-se certo esvaziamento de possibilidades no que se refere aos programas sociais e políticas públicas para as juventudes no Brasil, havendo apenas o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), voltado aos jovens até 18 anos (Lopes; Silva & Malfitano, 2006). No período subsequente, entre os anos de 2005 e 2015, percebeu-se um avanço nas políticas públicas voltadas para os jovens no Brasil, com a criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) em 2005. O termo "jovem" foi incluído no texto da Constituição Federal, em 2010 (emenda constitucional n.º 65), o que acarretou na aprovação do Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852/2013) e, posteriormente, na realização das Conferências Nacionais sobre Juventude (2008, 2011 e 2015) (Ribeiro & Macedo, 2018). Estes marcos jurídicos e políticos foram ganhos importantes pois possibilitaram a existência e consolidação de políticas públicas e sociais, além de programas sociais direcionados às crianças, adolescentes e jovens, entendendo esse público com demandas específicas à sua fase de vida. Para a discussão desta categoria, foram incluídos 13 trabalhos, sendo 12 da área do serviço social e 1 da Terapia Ocupacional. Do total, 11 eram dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado.

As políticas sociais têm função de efetivar os direitos de cidadania conquistados pela sociedade devem ter um caráter plural, considerando os diversos atores sociais, suas demandas e necessidades. Deve ser ofertada de forma descentralizada cujas atribuições e responsabilidades sociais devem ser executadas pelas três esferas do governo (GOMES, 2010). Lopes, Malfitano, Silva & Borba (2014) definem políticas sociais, a partir de Offe (1984), como "aquelas relações e estratégias organizadas que visam criar as condições para que os proprietários da força de trabalho sejam incluídos nas relações de troca" (Lopes et al. 2014, p. 392). No entanto, apesar dos avanços consideráveis que as políticas são capazes de proporcionar, Assunção (2010) afirma que as ações do Estado destinadas aos jovens mais vulneráveis configuram-se como uma medida paliativa, já que não propõem uma mudança estrutural significativa em suas vidas e nem na dinâmica da sociedade capitalista que vivemos. As políticas públicas sociais ainda se constituem de forma segmentarizada, voltando-se, para um determinado recorte social da população em detrimento de uma proposição mais universal da juventude brasileira (Barreiro e

Malfitano,2014), Ou seja, ainda que a lei estabeleça um sistema de garantia de direitos a toda a população juvenil, assistimos ainda hoje uma série de violações nos direitos dos jovens, principalmente aquele segmento populacional mais pobre cujas ações se perpetuam como práticas ainda “assistencialistas”, pois continuam sendo vistos como uma ameaça à ordem social e, portanto, criminalizados e violentados em seu cotidiano. Abad (2002), ao discutir as políticas voltadas para a juventude, apresenta quatro modelos que orientam as ações: (1) ampliação da educação e o uso do tempo livre ; (2) controles social de setores juvenis mobilizados; (3) enfrentamento da pobreza e prevenção do delito e (4) inserção laboral de jovens excluídos do mercado de trabalho. Esta última categoria é bastante discutida nos artigos encontrados, especialmente com relação ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), Programa Jovem Aprendiz e o Programa Bolsa Família e ainda o Projeto Social de Olho no Futuro que são alvo de análise dos autores encontrados na revisão (Pereira, 2007; Rocha, 2007; Silva, 2008; Gomes, 2010; Assunção, 2010; Lira, 2011; Lima, 2013; Ferreira, 2015; Machado, 2017).

Ao falar sobre o jovem aprendiz, por exemplo, Machado (2017) afirma que o programa tem sido uma solução paliativa na redução da vulnerabilidade e inclusão social, pois mesmo havendo oportunidade de qualificação e estágio, não há garantia-fim de inserção efetiva de todos os jovens aprendizes no mercado de trabalho. Para suprir tal lacuna, um novo modelo de trabalho tem sido apresentado como promissor à tal inserção e que dialoga com os princípios do neoliberalismo. Refere-se ao empreendedorismo juvenil que coloca no jovem a responsabilidade pela inserção e permanência. Tal racionalidade política fundamenta narrativas que colocam o jovem como agente de desenvolvimento estratégico. Neste cenário,

Albuquerque (2014) afirma que mesmo com o discurso progressista, com intenção de romper o entendimento do jovem como problema, ocorre a “reutilização de ajustamento e disciplinamento dos jovens” (pág.8), além de tentar integrar e responsabilizá-los sobre um projeto de desenvolvimento que eles não participaram da elaboração. Ainda neste caminho, Gomes (2010), aponta que os programas e projetos na maioria das vezes são construídos sem uma pesquisa preliminar para saber qual é o problema e sem a participação do público-alvo, prejudicando a sua eficácia. Além do repasse financeiro, é possível perceber que há um jogo político de exercício de poder em que as políticas públicas de Estado passam a responder a interesses privados de cada governo, em que as políticas, que deveriam ser de Estado, se estabelecem como de governo. Na mudança governamental, elas acabam não se sustentando.

Tal cenário também foi encontrado no estudo de Lima (2013) sobre a implantação da política municipal de saúde para adolescentes e jovens de Cuiabá. Como resultado obtém que o município realiza ações pontuais, com pouca articulação com outros órgãos, e que é necessário o fortalecimento da política de saúde no município e a garantia de efetividade sobre a saúde integral de adolescentes e jovens. A autora

sinalizou que as políticas públicas para jovens devem ser pautadas na concepção de vulnerabilidade, já que a noção de risco, na saúde, reduz a trajetória dessa população a comportamentos desviantes e nocivos à saúde.

Corroborando com a saúde integral dos jovens, os estudos de Sfair (2012) e Campinhos (2018), apontam a importância de ações de educação sexual e educação no trânsito para além do âmbito da saúde, pois são temas transversais a várias áreas das políticas públicas.

Buscando, como propõe Gomes (2010), trazer dados concretos que informem às políticas públicas sobre as juventudes os reais cenários e necessidades para sua implementação, Cazumbá (2014) buscou os motivos dos jovens negros e pobres de 15 a 29 anos aparecerem como as principais vítimas de homicídio pensando assim em formas eficientes para a prevenção ao genocídio da população negra. Como resultado, sinalizou ainda a presente desigualdade sociorracial brasileira, que é uma construção sócio-histórica e que acarreta o racismo estrutural, que faz com que jovens negros sejam um grupo com maior taxa de mortalidade. Ainda considerando a questão dos jovens serem as maiores vítimas de violência, Limongi (2015) utilizou dados sobre o contexto da violência em Niterói, RJ para analisar a vivência da juventude da favela Vila Ipiranga. Neste município as situações de violência urbana se fazem presentes de forma marcante. A autora considerou a implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) e seus possíveis impactos nos municípios vizinhos, o que a levou a pensar em abordagens, estratégias e implementação de políticas para os jovens que vivem nesse contexto de violência que os protejam e que garantam seus direitos.

Os trabalhos analisados, em sua maioria, discutiram as adolescências e juventudes pobres, suas vulnerabilidades, trazendo as políticas sociais e programas que envolvem a permanência na escola desse público, o acesso a formação técnica profissionalizante, programas que assegurem uma renda mensal, sem que esse adolescente tenha que se inserir precocemente no mundo do trabalho e projetos que proporcionem novas experiências na vida desses jovens.

Por mais que as políticas e programas pretendam garantir o acesso ou permanência de adolescentes e jovens na escola, elas não discutem o modo como a escola tradicional funciona, o quão pouco atrativa pode ser e as repercussões de um espaço institucional que pode não considerar a subjetividade desses sujeitos. Junto com políticas de segurança repressivas e pouco eficiente, o índice de violência e homicídios aumentam, principalmente quando estes compõem o grupo de jovens, negros e pobres. Além disso, percebe-se que a partir do ano de 2016, a consolidação e operacionalização de muitas dessas políticas é comprometido devido a redução de gastos com as políticas sociais, quadro que vem se agravando no atual governo que preza por ideologias ultraconservadoras, neoliberais refletindo numa intensificação do desmonte das políticas públicas sociais.

A maioria dos trabalhos procurou discutir as Políticas Públicas Sociais, já que são políticas que podem ser articuladas com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Com isso, é possível notar a falta de trabalhos a respeito de políticas e programas relacionados à diversidade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, saúde mental, uso de álcool e outras drogas, entre outros. Apesar dessas temáticas já serem abordadas em pesquisas sobre juventudes, vulnerabilidade e risco (Takeiti et al., 2020), ainda são predominantemente abordadas pelo campo da saúde. Na PNAS, a questão da intersetorialidade é orientadora quando se pensa em ações para o público em geral. Neste sentido, é importante que o serviço social amplie seu campo de discussão sobre as juventudes com outros setores.

Torna-se imperativo que terapeutas ocupacionais conheçam as políticas públicas, pois é por meio delas que se dá sua ação intervindo nas condições de vida das diferentes populações, tanto através da esfera a macrossocial, no âmbito do planejamento das políticas e articulação das redes de serviços; assim como na esfera microsocial, no cotidiano dos sujeitos (Lopes et al. 2014; Malfitano, 2016)). Deste modo, o conhecimento do panorama das políticas sociais voltadas para a juventude e relacionadas a PNAS, conforme os trabalhos apresentam, subsidia uma prática contextualizada com as demandas e realidade dos serviços.

Medida Socioeducativa e Juventudes

Ato infracional, de acordo com o ECA (Brasil, 1990), é a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Os jovens menores de 18 anos não podem ser responsáveis penalmente, mas não deixam de ser responsabilizados, então respondem às medidas previstas no ECA nomeadas como Medidas Socioeducativas (MSE), que podem ser: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção de regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Já os jovens com 18 anos ou mais respondem de acordo com a legislação penal. Todos os oito trabalhos incluídos nessa categoria foram desenvolvidos em programas da área de avaliação do Serviço Social, sendo sete deles em programas de mestrado e apenas um de doutorado. Embora a terapia ocupacional, na sua acepção na área social, inicie a prática com adolescentes na FEBEM/SP (Barros, Lopes e Galheigo, 2007), a produção e publicização destas práticas e conhecimentos começam a surgir mais tardiamente através de artigos científicos produzidos por pesquisas de iniciação científica e pós-graduação em áreas afins, dada à implementação do programa de mestrado na área 21 ser mais recente. Isso denota o quão importante é a profusão de programas para a divulgação das pesquisas na área.

Retomando a discussão dos trabalhos nesta categoria, hoje o que regulamenta a execução das Medidas Socioeducativas destinadas a adolescentes que praticam ato infracional é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) pela Resolução Nº 119, de 11 de dezembro de 2006, posteriormente aprovado pela lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012. O SINASE é o:

conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.[...] O Sinase será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente ao qual seja aplicada medida socioeducativa, com liberdade de organização e funcionamento, respeitados os termos desta Lei (Lei nº 12.852, 2013).

Considerando o SINASE um marco importante para a socioeducação, pois ele organiza em sistema de atendimento socioeducativo, em âmbito nacional, o modo como se deve operar as MSE, sendo necessário alinhar os princípios e regras deste sistema às normas jurídicas, previstas no ECA (1990). Tais marcos legais e jurídicos devem balizar todo o atendimento socioeducativo para que as análises ganhem consistência e aprofundamentos em conformidade às normas vigentes (Ataíde, 2008; Borges, 2012; Davis, 2013; Prado, 2014; Martins, 2018).

Borges (2019) em seu livro "Encarceramento em massa" aponta a partir da ideia do racismo estrutural, como se define, no Brasil, o crime e o criminoso. Salaria que o "suspeito" é, quase sempre, o jovem, negro ou indígena e pobre, morador da periferia, e afirma a necessidade de refletirmos tais argumentos sob a luz do processo de escravização da população negra no Brasil. Os achados empíricos nas pesquisas de mestrado e doutorado aqui analisadas reafirmam o lugar das violências praticadas pelos jovens a partir de um perfil identitário - jovens, em sua maioria, do sexo masculino, negros e pobres. Ao contrário das estatísticas que reafirmam o ato infracional pelo viés de classe, gênero e raça (Cerqueira, 2021), aquelas práticas exercidas por jovens de outra condição social acabam sendo invisibilizadas (Teixeira, 2010), pois o circuito pelos quais este jovem de classe mais abastada percorre difere muito daqueles das estatísticas apresentadas. Há, segundo Teixeira (2010) um protecionismo da lei e da família que favorece a invisibilidade de jovens infratores de classe média e alta e contribui para manutenção da criminalização da pobreza e reafirmação do estado penal:

Há desproporção no peso da definição das penas entre brancos e negros que cometeram o mesmo crime. Dos acusados em varas criminais, 57,6% são negros, enquanto em juizados especiais que analisam casos menos graves, esse número se inverte, tendo uma maioria branca (52,6%). Essa diferença ocorre porque a determinação de qual vara será tramitada no processo depende do tipo de pena pedida pela decisão do promotor de justiça. Nas varas criminais, a prisão é praticamente inevitável, diferente dos juizados que encaminham mais penas alternativas (Borges, 2019, p. 87-88)

Tipificar as violências praticadas pelos jovens infratores tem sido uma tarefa árdua para aqueles que se debruçam sobre o ato infracional juvenil. Pois há um clamor social em torno da penalização do jovem e um imaginário social construído em torno desta prática que desconsidera a trajetória de violação de

direitos destes sujeitos (Takeiti e Vicentin, 2015). Muito deste imaginário social construído em torno da figura do infrator, a mídia tem reforçado esse estereótipo reafirmando o lugar da delinquência e da criminalidade juvenil como problemas da juventude a ser enfrentada. O debate, em sua maioria, é de teor punitivo, marcados pela intolerância e crítica a qualquer garantia legal que esses adolescentes possuem (Davis, 2013).

A família, então, surge como uma rede protetora para muitos jovens (Oliveira, 2008), mas não só ela, a comunidade e o Estado também devem aparecer como atores integrando a proteção, diminuindo, desta forma, os riscos e vulnerabilidades que ameaçam a integridade destes jovens negros e pobres. O perfil dos jovens nas instituições de privação de liberdade, por exemplo nas unidades de privação de liberdade no Rio de Janeiro, reafirma a pobreza, a vulnerabilidade e a negritude como fatores que levam, historicamente, à criminalização desta população. São, eminentemente do sexo masculino, negros, na faixa etária de 15 a 17 anos, que não concluíram ainda o ensino fundamental. Tiveram experiências de trabalho e residem em áreas de conflito armado. São, em sua maioria, jovens que estão em situação de vulnerabilidade social (Degase, 2018).

É preciso se perguntar o quanto as medidas socioeducativas permitem aos jovens ressignificarem a condição na qual se encontram e favorecem mudanças significativas em suas trajetórias de vida (Ataíde, 2008; Brandemarti, 2009; Borges, 2012). Novamente corroborando com a política de assistência social e a proposição do SINASE, o foco da intervenção nas MSE deve levar em consideração a família destes jovens, eixo este (des)estruturador para o suporte afetivo e social. Relações familiares fragilizadas associadas a vulnerabilidade socioeconômica tendem a gerar maior incidência ou reincidência das infrações, como aponta Borges (2012).

Neste contexto, a Terapia Ocupacional sempre acompanhou o desenvolvimento político-institucional e social de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Tal acompanhamento se deu antes mesmo da institucionalização do SINASE, pelos idos da década de 1970 (Galheigo, 2016). Por ter configurado a prática de alguns terapeutas ocupacionais, hoje, o que temos são relatos de experiências que mostram a prática profissional nas medidas socioeducativas em diferentes contextos, como o meio aberto (Morais, Malfitano, 2016; Lopes Sfair, Bittar, 2012), e no meio fechado (Gonçalves, 2016) e com jovens após o cumprimento da medida (Almeida, 2016), além das pesquisas que têm sido desenvolvidas. Neste sentido, os trabalhos encontrados dialogam com os diferentes cenários de intervenção junto a esses jovens. Ressalta-se que, como abordado, compreender o processo de vulnerabilidade destes jovens antes, durante e após a medida é essencial para as categorias que atuam com essa população, e trabalhar no sentido de reduzi-las requer ainda a maior consolidação das ações previstas nas políticas sociais de forma geral. Sendo este um fenômeno multifacetado, as abordagens multi e interdisciplinares fazem-se essenciais.

Subjetividade e trajetórias juvenis

Considerando as adolescências e juventudes termos plurais, há várias formas de conceber estes grupos na sua acepção. Conhecer suas subjetividades e trajetórias de vida permitem compreender melhor as demandas para pensar modos de intervir e produzir saber. Foram incluídos na última categoria de análise 6 dissertações de mestrado, sendo uma de um programa específico da área da terapia ocupacional. Não foram encontradas teses de doutorado que tratassem do tema abordado.

A subjetividade é um conceito complexo e polissêmico, pois tem sido utilizado de forma indiscriminada por distintos campos das humanidades, seja pela psicologia, pelo direito, pela antropologia e até pelas ciências da saúde (Takeiti, 2014). Foucault aponta que a subjetividade é uma construção histórica e cultural à medida em que o ser humano vai se constituindo como sujeito. Para ele, é preciso pensar modos de subjetivação a partir do poder que investe e inventa outros modos de ser sujeito, a partir de um jogo de técnicas e governamentalidade. A isso, o autor nomeia de racionalidade política. É a partir da relação entre os regimes de saber, poder e subjetividade, ou seja, dos jogos de verdade que o sujeito vai se constituindo como objeto de conhecimento (Foucault, 2004).

Como pensar nas subjetividades juvenis que se constroem em meio às violências e vulnerabilidades? Jovens, geralmente pretos, moradores das periferias e favelas brasileiras, filhos da classe trabalhadora, surgem já estigmatizados seja pela cor, aparência, seja pelo local de moradia e linguagem estereotipada do grupo social ao qual pertence. Tais estereótipos vão marcando as subjetividades destes jovens que se expressam, objetivamente, na vida como um grupo subalternizado, incapaz de acender socialmente. Há um forte apelo midiático que vai reforçando estes estereótipos e colocando os jovens como uma classe perigosa. É o que retrata o estudo de Mallmann (2012), em que se pretendeu analisar como os jovens percebem seus direitos em contraposição aos estereótipos criados pela televisão. Isso porque a representação da violência nos veículos de comunicação em massa provoca repercussões na vida de jovens da classe trabalhadora, pois estereotipa-os e distorce sua realidade social.

A ideia de igualdade de direitos comporta elementos ideológicos e utópicos da modernidade, na medida em que algumas vidas são mais matáveis que outras. Essa "matabilidade" do negro e anulação do direito de igualdade correlaciona-se aos dados estatísticos como o Atlas da Violência (Cerqueira, 2021) e o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2016). Em 2019, de cada 100 jovens entre 15-19 anos, 39 foram vítimas de violência letal. Entre aqueles que possuíam entre 20-24 anos, foram 38 vítimas de homicídio e entre 25-29 anos, foram 31 mortes. Isto exemplifica que o estereótipo da negritude juvenil tem se expressado nas subjetividades destes jovens a partir da morte e não das expectativas de vida e de futuro.

Além das marcas sociais que estereotipa e distorcem realidades, produzindo subjetividades degradadas, alguns estudos aqui pautaram como os processos intitucionalizadores produzem marcas na trajetória de vida juvenil. Tuma (2016), por exemplo, ao analisar a trajetória de vida de um jovem em um espaço de acolhimento institucional, aponta para a necessidade de debater sobre as políticas públicas e programas

voltados a estes jovens, que, ao completarem 18 anos, acabam tendo que assumir papéis ocupacionais até então desempenhados pela instituição.

Processos de construção de autonomia, vida independente, acesso a oportunidades e garantia de direitos surgem como pressupostos no Estatuto da Juventude (2013). Entretanto, para jovens das camadas populares, jovens negros, mulheres, LGBTQIA+, tais princípios não se constituem porque estão em lei. Torna-se imprescindível, não como alternativa, mas como direito, apontado por Rosa (2018), no qual as políticas públicas devem fazer ecoar uma outra realidade para as subjetividades juvenis.

Os trabalhos encontrados até aqui mostram uma multiplicidade de trajetórias juvenis e subjetividades que se expressam a partir da raça, dos espaços de acolhimento institucional, na inserção no mundo do trabalho, na área rural ou urbana, fazendo uso de substâncias psicoativas como práticas de lazer. São diferentes trajetórias e diversos os fatores que perpassam suas vivências juvenis, tornando a juventude uma fase heterogênea e reafirmando o uso plural desta categoria. Essas trajetórias podem implicar nas suas subjetividades que muitas vezes trazem marcas semelhantes, como a entrada precoce em atividade remunerada, marcas pelas situações de vulnerabilidade, violências, estereótipos e estigmas de uma determinada condição social. Isso contribui para pensarmos, no contexto da terapia ocupacional, como tais subjetividades estão implicadas nas ocupações e na participação dos sujeitos no cotidiano.

Considerações finais

Considera-se que esse estudo nos orienta sobre o que tem sido publicado na pós-graduação brasileira sobre as juventudes, vulnerabilidades e violências, nas áreas de avaliação da CAPES (32 do serviço social e 21 que engloba a terapia ocupacional). Apoia e nos fornece subsídios para pensar as questões sobre essas juventudes e as lacunas não evidenciadas na produção acadêmica.

As categorias elencadas a partir da leitura temática das pesquisas possibilitou agrupar e compreender os achados neste estudo que, embora pareçam estanques, estão em constante diálogo entre si. As políticas públicas e programas sociais são recursos políticos para garantia de direitos e acesso da população ao que eles procuram assegurar. Quando um sujeito tem experiência de diversos fracassos do Estado em sua trajetória de vida, seja por meio da violência, do não acesso ou permanência na educação, o não direito à saúde, à moradia, a lazer, cultura e entre outros, junto com a ação repressora militarizada das políticas de segurança, estas acarretam a criminalização dos jovens pobres. Como resultado, esse sujeito tem sua liberdade privada como forma de exclusão social e punição.

Percebe-se que, mesmo que os jovens negros e pobres sejam apontados como os principais atingidos pelas violências urbanas, privação de liberdade e genocídio, não há trabalhos que se dediquem a analisar a construção e implementação de políticas de segurança pública, criminalização das drogas e políticas intersetoriais.

Foi possível notar a insuficiência de trabalhos de terapia ocupacional sobre esta temática na sua área de avaliação, mesmo a profissão tendo desenvolvido práticas com jovens, no campo da assistência social desde a década de 1970. Talvez a forma como se realizou a busca por estes estudos não contemplou as pesquisas que foram e estão sendo desenvolvidos nesta área, até porque temos terapeutas ocupacionais desenvolvendo estudos com as juventudes, vulnerabilidades e violências em programas de pós-graduação de outras áreas, já que os que são específicos da terapia ocupacional são recentes. Também foi possível analisar que os dois trabalhos da terapia ocupacional encontrados neste levantamento não trazem a profissão para o centro do debate para se pensar a juventude pobre em situação de vulnerabilidade e violência. Uma sugestão com relação a essa lacuna é desenvolver novas pesquisas incluindo o descritor "terapia ocupacional" e abrangendo mais áreas de avaliação dos programas. Ainda, seria importante a realização da busca para o levantamento nas plataformas dos próprios programas de pós-graduação a fim de verificar se esta lacuna se confirma ou não.

Referências

- Abad, M. (2002). Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Ultima Década*, 10(16), 117-152. <https://doi.org/10.4067/S0718-22362002000100005>
- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In *Revista Brasileira de Educação* (5/6th ed., 73-90), Rio de Janeiro. http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramowendel.pdf
- Abramo, H. W. (2007). *Juventude e integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis: relatório nacional do Brasil* (PÖLIS/Ibase (ed.)). <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/936/1618.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Albuquerque, J. T. (2014). *A racionalidade de um discurso: jovem como agente estratégico de desenvolvimento* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, Brasil.
- Almeida, M. C. de, Soares, C. R. S., Barros, D. D., & Galvani, D. (2012). Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 20(1), 33-41. <https://doi.org/10.4322/CTO.2012.004>
- Almeida, M. M. (2003). Grupo de Terapia Ocupacional com jovens após o cumprimento de medidas sócioeducativas: um espaço para produção de vida. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 11(2), 106-110. <http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/196>
- Alvarado, S. V.; Vommaro, P. A. (Comp.) (2010). *Jóvenes, cultura y política en América latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas*. Rosario: Homo Sapiens. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2910.dir/jovenes2.pdf>
- Assunção, G. R. da A. (2010). *A (des)proteção social da juventude: uma análise à luz da avaliação do Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as no município de João Pessoa-PB* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil. Obtido em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7199>
- Ataide, M. A. (2008). *Das múltiplas perdas sociais e familiares ao cometimento do ato infracional: a privação da liberdade e o árduo cotidiano na Fundação CASA* (Tese de doutorado). Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Obtido em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=110241

Barreiro, R. G., & Malfitano, A. P. S. (2014). Retrato das políticas públicas governamentais brasileira para a juventude nos anos 2000. *Última Década*, 133–157. <https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v22n40/art07.pdf>

Barros, D. D., Lopes, R. E., & Galheigo, S. M. (2007). Terapia ocupacional social: Concepções e perspectivas. In A. Cavalcanti & C. Galvão (Eds.), *Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática* (pp. 347–353). Guanabara Koogan.

Borba, P. L. de O., & Lopes, R. E. (2016). Possíveis lugares para o terapeuta ocupacional nas Organizações Não Governamentais. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia Ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 17–133). EDUFSCar.

Borba, P. L. de O., Pereira, B. P., & Lopes, R. E. (2021). Ato infracional, escola e papéis profissionais: tramas complexas em relações frágeis. *Pro-Posições*, 32(e20180099). <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0099>

Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa*. São Paulo: Polén.

Borges, M. A. B. (2012). *As implicações socioeconômicas, históricas e jurídicas na vulnerabilização das famílias dos adolescentes autores de ato infracional* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, Brasil. Obtido em <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2158>

Brandemarti, H. (2009). *A trajetória de vida de adolescentes que cometeram ato infracional: um estudo sobre jovens egressos da FEBEM de Ribeirão Preto/SP* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, São Paulo, Brasil. Obtido em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98519>

Campinhos, L. A. B. (2018). *Acidentes motociclísticos e suas repercussões biopsicossociais no contexto das políticas públicas* (Dissertação de mestrado). Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Espírito Santo, Brasil. Obtido em http://www.emescamvirtual.edu.br/arquivos/pos/stricto/dissertacoes/137_LUIZ_AUGUSTO_BITTENCOURT_CAMPINHOS.pdf

Cazumbá, L. da S. (2014). *Um estudo sobre juventude, racismo e violência de jovem de 15 a 29 anos em Duque de Caxias-RJ* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Obtido em <http://politicassocial.uff.br/wp-content/uploads/sites/124/delightful-downloads/2017/01/luisdasilvacazumba.pdf>

Cerqueira, D. et. al. (2021). *Atlas da Violência*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). Diário Oficial da União. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Cunha, C. M. P. C. C. da. (2006). *Lazer e sociabilidade juvenil de usuários de drogas em contexto de risco* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, Paraíba, Brasil. Obtido em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7247?locale=pt_BR

Dayrell, J. (2007). O jovem como sujeito social, In: FÁVERO, O. (org.). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd.

Davis, E. M. (2013). *A Construção social de significados da juventude em conflito com a Lei na mídia online* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. Obtido em <https://hdl.handle.net/10923/5457>

Eisenstein, E. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*, 2 (2), 6-7.

Elias, V. M. (2018). *O negro ser matável: pelo não direito à igualdade* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Obtido em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6663>

Ferreira, N. S. de A. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educ. Soc.*, 23 (79), 257-272. DOI:<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

Foucault, M. (2004). *Ditos e Escritos, IV - Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Francisco, J. C. & Groppo, L. A. (2017). Adolescência(s) e juventude(s): considerações a partir de uma coexistência legal. *Crítica Educativa*, 2 (2), 275-294. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v2i2.81>

Galheigo, S. M. (2003). O Social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: E. Pádua EM; Magalhães LV (Orgs.). *Terapia Ocupacional: Teoria e Prática*. Campinas (SP): Papyrus.

Galheigo, S. M. (2016). Terapia Ocupacional Social. Uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia Ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 49-68). EDUFSCar.

Gomes, A. A. (2010). *Política social pública e juventude: análise dos processos de continuidade e descontinuidade* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Obtido em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16543@1>

Gonçalves, M. V. (2016). "Eu nem sabia que podia entrar aqui": promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei. *Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar*, 24(1), 127-137. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0664>

Gonçalves, M. V., & Malfitano, A. P. S. (2020). Brazilian youth experiencing poverty: Everyday life in the favela. *Journal of Occupational Science*, 27(3), 311-326. <https://doi.org/10.1080/14427591.2020.1757495>

Horta, N. C., & Sena, R. R. (2010). Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20 (2), 475-495. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312010000200008>

Kobi, E. C., Machado, M. V. C., & Monzeli, G. A. (2020). Terapia ocupacional e medidas socioeducativas: uma revisão de literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 983-998. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR2016>

Le Breton, D. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papyrus, 2003.

Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.852%2C%20DE%205%20DE%20AGO

STO%20DE%202013.&text=Institui%20o%20Estatuto%20da%20Juventude,Sistema%20Nacional%20de%20Juventude%20%2D%20SINAJUVE.&text=Art.

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,e%20dezoito%20anos%20de%20idade.

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. (2004, 12 de janeiro). Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. (2005, 26 de setembro). Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11180&ano=2005&ato=715oXVU5EMRpWTF53#:~:text=INSTITUI%20O%20PROJETO%20ESCOLA%20DE,DO%20TRABALHO%20%2D%20CLT%2C%20APROVADA%20PELO>

Lima, V. S. F. de. (2013). *A Política de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens no Município de Cuiabá-MT: entre mudanças e permanências* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil. Obtido em <http://ri.ufmt.br/handle/1/1482>

Limongi, N. da S. (2015). *Vivência da juventude em meio à violência urbana. A experiência de ser jovem em uma favela no Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Obtido em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=27128@1>

Lira, M. de F. L. (2011). *Entre a Intenção e o gesto: a experiência do ProJovem em João Pessoa* (Dissertação de mestrado) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. Obtido em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11221>

Lopes, R. E., Sfair, S. C., & Bittar, M. (2012). Adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto e a escola. *Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar*, 20(2), 217–228.
<https://doi.org/10.4322/CTO.2012.023>

Lopes, R. E., Silva, C. R., & Malfitano, A. P. S. (2006). Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. *Revista HISTEDBR On-Line*, 23, 114–130. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/23/art08_23.pdf

Lopes, R. E., & Silva, C. R. (2007). O campo da educação e demandas para a terapia ocupacional no Brasil. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 18(3), 158-164.
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v18i3p158-164>

Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., & Borba, P. L. O. (2014). Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar*, 22(3), 591–602. <https://doi.org/10.4322/cto.2014.081>

Machado, F. F. (2017). *Programa Jovem Aprendiz e mercado de trabalho: uma análise a partir dos alunos egressos dos cursos promovidos pelo SEST/SENAT no município de Pelotas* (Dissertação de

mestrado). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil. Obtido em <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/639>

Malfitano, A., Matsukura, T., Martinez, C., Emmel, M., & Lopes, R. (2013). Programa de pós-graduação stricto sensu em terapia ocupacional: fortalecimento e expansão da produção de conhecimento na área. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 18(1), 105–111. <https://doi.org/10.12820/2317-1634.2013v18n1p105>

Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia Ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 17–133). EDUFSCar.

Mallmann, M. G. C. (2012). *Juventude 470: identidades sociais em construção e a relação com a (in)visibilidade televisiva* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Obtido em <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/523>

Martins, D. D. de O. (2018). *O programa de atendimento ao egresso da medida socioeducativa de internação no contexto da ofensiva neoliberal: descortinando a realidade do Distrito Federal* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Obtido em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34262>

Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente (1996). *Programa Saúde do Adolescente*. Bases Programáticas. (2a ed.). Brasília: Ministério da Saúde.

Morais, A. C., & Malfitano, A. P. S. (2016). O Terapeuta Ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. *Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar*, 24(3), 531–542. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0727>

Oliveira, M. B. de. (2008). *O significado da violência para jovens de classe média autores de ato infracional* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil. Obtido em <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2556>

Pan, L. C., & Lopes, R. E. (2020). Terapia ocupacional social na escola pública: uma análise da produção bibliográfica do METUIA/UFSCar. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 207–226. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1760>

Pereira, L. (2007). *Juventude, Participação e Direitos: Um olhar para as percepções de jovens do Rio de Janeiro sobre sua participação no PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação)* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Obtido em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11064@1>

Prado, A. C. G. C. (2014). *O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais: como prossegue a história?* (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil. Obtido em <http://hdl.handle.net/11449/123185>

Resolução nº 17 (2011). Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Diário Oficial da União nº 118. Brasília- DF. <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/217486-equipe-de-referencia-definida-pela-norma-operacional-busica-de-recursos-humanos-do-sistema-unico-de-assistencia-social-nob-rh-suas-ratificar-a-equipe-de-referencia-definida-pe.html>>

Ribeiro, E., & Macedo, S. (2018). Notas sobre dez anos de políticas públicas de juventude no Brasil (2005-2015). *Revista de Ciências Sociais*, 31(42), 107–126. <https://doi.org/10.26489/rvs.v31i42.5>

Rocha, S. R. da. (2007). *Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. Obtido em <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/598>

Rosa, T. H. Y. (2018). *Juventudes e trajetórias de jovens populares urbanos: autonomia, oportunidades sociais e acesso a direitos* (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Obtido em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5170/tde-02082018-085411/pt-br.php>

Sfair, S. C. (2012). *Educação sexual para adolescentes e jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis Federal e Estadual em São Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil. Obtido em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6855>

Silva, M. J. da, Oliveira, M. L., & Malfitano, A. P. S. (2019). O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(2), 438–447. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctore1746>

Silva, V. M. da. (2008). *Programa Agente jovem em Arez/RN: juventude e violação de direitos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Obtido em <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17874>

Sposito, M. P. (2009). A pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In M. P. Sposito (Ed.), *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Volume 1 (pp. 17–56). Argvmentvm. <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/EstadoArte-Vol-1-LivroVirtual.pdf>

Takeiti, B. A. *Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos de existência no contemporâneo*. 2014. 226 f. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Obtido em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17056/1/Beatriz%20Akemi%20Takeiti.pdf>

Takeiti, B. A. & Vicentin, M. C. G. (2015). A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). *Saúde e Sociedade*, 24(3), 945-963. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015131060>

Takeiti, B. A., Gonçalves, M. V., Oliveira, S. P. A. S. de, & Elisiario, T. da S. (2020). O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam?. *Saúde e Sociedade*, 29(3), e181118. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020181118>

Teixeira, F. do A. (2010). *(In)visibilidade do jovem de classe média autor de crimes no município de Vitória/ES* (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil. Obtido em <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2579>

Tuma, T. B. V. (2016). *Acolhimento institucional e maioridade: trajetórias institucionais de jovens e o momento da saída* (Dissertação de mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Obtido em http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1412426_2016_completo.pdf

Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da Violência 2016: homicídios por arma de fogo no Brasil*. Flacso Brasil.

Contribuição dos autores: S. P. A. S. O.: Coleta de dados, formatação, análise dos dados, redação e revisão final do texto. M. V. G.: Concepção e orientação da pesquisa, redação e revisão final do texto. B. A. T.: Concepção e orientação da pesquisa, redação e revisão final do texto.

Recebido em: 14/06/2022

Aceito em: 26/10/2022

Publicado em: 27/05/2023

Editor(a): Ricardo Correia